



remaa

A gestão educacional e a relevância da educação ambiental para promover a sustentabilidade

Lêda Maria Paes da Silva¹

Universidade de Pernambuco - UPE

ORCID <https://orcid.org/0009-0007-5840-5966>

Lucas Neves de Melo²

Universidade de Pernambuco - UPE

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2879-6237>

Rosângela Estevão Alves Falcão³

Universidade de Pernambuco - UPE

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7693-4630>

Resumo: A administração educacional deve assegurar que a implementação de práticas socioambientais se fortaleça, especialmente nas interações interpessoais e nas relações intersubjetivas, pois valores e atitudes ambientais e sociais, quando internalizados pelos sujeitos, tendem a ser reproduzidos com maior facilidade e menos resistência. Este artigo teve como objetivo analisar de que maneira a administração escolar promove iniciativas de educação ambiental crítica e princípios da sustentabilidade nas escolas da Rede Municipal de Saloá - PE, considerando a necessidade de práticas educativas que questionem as estruturas socioeconômicas e promovam a justiça socioambiental. A abordagem metodológica adotada para este estudo foi a revisão bibliográfica. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, utilizando o método de pesquisa documental. Os resultados obtidos indicam que as práticas socioambientais não estão sendo efetivadas pela maioria das instituições de ensino do município de Saloá/PE. Também se evidenciou a urgência no processo de

¹ Mestra em Ciência e Tecnologia Ambiental no Semiárido pelo Programa de Pós-graduação (PPGCTA) da Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Gestão e Coordenação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Graduada em licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. E-mail: leda.paes@upe.br

² Mestrando no Programa de Pós - Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) pela Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade Iguazu (FI). Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. E-mail: lucas.nevesm@upe.br

³ Doutora em Biociência Animal pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestra em Ensino de Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora do Programa de Pós graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) pela Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns. E-mail: rosangela.falcao@upe.br

transformação dos gestores escolares por meio de formações em educação ambiental uma vez que este gestor figura como o principal articulador na estruturação das diretrizes do ambiente escolar. Através de tal atuação, são elaboradas as políticas de gestão de todos os recursos escolares, que estabelecerão as conexões entre uma variedade de ações, incluindo aquelas relacionadas à sustentabilidade.

Palavras-chave: Ações práticas; Gestor escolar; Meio ambiente

La gestión educativa y la relevancia de la educación ambiental para promover la sostenibilidad

Resumen: La administración educativa debe asegurar el fortalecimiento de la implementación de prácticas socioambientales, especialmente en las interacciones interpersonales y las relaciones intersubjetivas, ya que los valores y actitudes ambientales y sociales, al ser internalizados por los individuos, tienden a reproducirse con mayor facilidad y menor resistencia. El objetivo de este artículo fue analizar cómo la administración escolar promueve iniciativas de educación ambiental crítica y principios de sostenibilidad en las escuelas del Sistema Escolar Municipal de Saloá, Pernambuco, considerando la necesidad de prácticas educativas que cuestionen las estructuras socioeconómicas y promuevan la justicia socioambiental. El enfoque metodológico adoptado para este estudio fue una revisión bibliográfica. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, utilizando el método de investigación documental. Los resultados indican que la mayoría de las instituciones educativas del municipio de Saloá, Pernambuco, no están implementando prácticas socioambientales. También se destacó la urgente necesidad de capacitar a los administradores escolares mediante formación en educación ambiental. Los administradores escolares son los principales enlaces en la estructuración de las directrices del entorno escolar. A través de esta acción, se desarrollan políticas de gestión para todos los recursos escolares, que establecerán conexiones entre diversas acciones, incluidas las relacionadas con la sostenibilidad.

Palabras-clave: Acciones prácticas; Director de escuela; Ambiente

Educational management and the relevance of environmental education to promote sustainability

Abstract: Educational administration must ensure that the implementation of socio-environmental practices is strengthened, especially in interpersonal interactions and intersubjective relationships, as environmental and social values and attitudes, when internalized by individuals, tend to be reproduced more easily and with less resistance. The objective of this article was to analyze how school administration promotes critical environmental education initiatives and sustainability principles in schools in the Saloá Municipal School System, Pernambuco, considering the need for educational practices that question socioeconomic structures and promote socio-environmental justice. The methodological approach adopted for this study was a literature review. The research adopted a qualitative approach, using the documentary research method. The results indicate that socio-environmental practices are not being implemented by most educational institutions in the municipality of Saloá, Pernambuco. The urgent need to train school administrators through environmental education training was also highlighted. School administrators are the primary liaisons in structuring school environment guidelines. Through such action, management policies for all school resources are developed, which will establish connections between a variety of actions, including those related to sustainability.

Keywords: Practical actions; School manager; Environment

Introdução

O desenvolvimento civilizatório da humanidade foi historicamente estabelecido por meio das diversas interações sociais e da exploração do ambiente. Esta relação tornou-se, sobretudo nos últimos séculos, um processo conflituoso. Quando uma abordagem fortemente

antropocêntrica em relação ao meio ambiente é estabelecida, ela inicia um processo de antagonismo capaz de provocar de maneira agressiva a qualidade e o equilíbrio planetário.

Nas últimas décadas, várias organizações e entidades de pesquisa produziram relatórios e programas que destacam uma crise socioambiental global e única. Os debates sobre a preocupação ambiental têm ganhado espaço. No entanto, são evidentes os interesses contrários aos cuidados e à preservação do ambiente e da qualidade de vida humana, destacando-se a abordagem preponderante da economia.

Contrapondo a isso, surge a sustentabilidade, ganhando força nas discussões sobre a transformação do desenvolvimento humano. Essa abordagem reflete em reflexões mais profundas, nas quais o ser humano precisa atuar como principal agente transformador social, encontrando meios para integrar aspectos éticos, políticos, sociais, naturais, culturais e humanos. Assim, a questão ambiental não se limita apenas à preservação, mas também está intrinsicamente relacionada às melhorias e à qualidade de vida humana (Sorrentino, 1998).

Os trabalhos realizados em Educação Ambiental (EA), a partir da escola, promovem a consciência das questões relativas ao meio em que o discente está inserido. O papel da escola é trabalhar com atitudes, formação de valores, ensino e aprendizagem de habilidades e procedimentos. Dessa forma, a escola contribui para a formação de cidadãos conscientes e capacitados a decidirem e atuarem de forma crítica na realidade socioambiental. (Jacobi, 1997).

Um ponto relevante a ser considerado é a relação da gestão escolar e do trabalho pedagógico da escola com as ações ambientais. A escola, enquanto instituição social com poder e possibilidades de intervenções na realidade dos educandos e na comunidade, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade para fortalecer os movimentos de aprendizagem e ações mais sustentáveis.

Dentro desse contexto, surge o seguinte questionamento: de que maneira a gestão escolar pode influenciar significativamente no desenvolvimento da educação ambiental como um princípio da sustentabilidade? O objetivo deste artigo foi analisar como a gestão escolar promove ações de educação ambiental e princípios da sustentabilidade nas escolas da Rede Municipal de Saloá - PE. Além disso, para compor tal análise, é necessário demonstrar como os gestores podem colaborar com a organização de práticas ou ações significativas de modo a

influenciar positivamente nessas ações. Também são realizados apontamentos, ao longo desse trabalho, que possibilitam melhorar a qualidade das ações promovidas ou encorajar sua inclusão à comunidade escolar.

A gestão escolar e a organização de ações e práticas escolares relacionadas a Educação Ambiental

Conforme Van Bellen (2013 p. 59), a conceituação de gestão "consiste na ação de integrar pessoas, estruturas e recursos voltados para um propósito comum. [...] Compete aos gestores adotarem práticas responsáveis de gestão alinhadas aos objetivos das organizações". A relevância primordial da instituição educacional, sobretudo da administração escolar, ao orientar as abordagens relacionadas às iniciativas em Educação Ambiental (EA), reside na efetivação dessas abordagens, uma vez que se torna um ponto de referência para acesso e defensora de práticas desenvolvidas para a comunidade, mesmo que de forma parcial.

De acordo com Wittmam e Klippel (2010 p. 103), "essa interação é viabilizada porque a escola, por meio da gestão educacional, possibilita a interlocução de saberes, interesses e culturas". Portanto, é essencial que a administração escolar conecte a escola aos contextos relacionados à sua comunidade, fomentando e facilitando as ações pedagógicas desenvolvidas e fortalecendo esse envolvimento para que ocorra a consolidação do processo de ensino e aprendizagem, e, por conseguinte, torne viáveis todas as ações promovidas fora do ambiente escolar. Esses efeitos globais desordenados estão claramente perceptíveis. Enquanto, por um lado, a tecnologia moderna talvez esteja em seu auge, por outro, a negligência e a falta de uma orientação educação/ambiente contribuem para o desalinhamento em relação ao desenvolvimento sustentável. Este último, atualmente, representa uma das tentativas de atenuar as crises socioeconômicas e ambientais, especialmente agravadas nos séculos XX e XXI. No entanto, a sustentabilidade, quando fundamentada e integrada aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, estabelece esses novos comportamentos sustentáveis.

Portanto, instaurar esses novos valores em relação aos benefícios sustentáveis parece ser uma tarefa desafiadora. Se há a urgência de novos valores alinhados com a sustentabilidade, também existem princípios econômicos determinantes que dificultam significativamente a conciliação da economia com os benefícios ambientais.

Em relação à influência da escola nas perspectivas da realidade escolar e à forma como essas interações, quando adequadamente desenvolvidas pela instituição, podem ser cruciais, não apenas para iniciativas sustentáveis, mas também para outros aspectos sociais, Morin (1987 citado por Lück 2017, p. 47) alega que:

A realidade é unitária e sistêmica, constituídas pelas contínuas e dinâmicas inter-relações entre componentes e indivíduos, os elementos, e os acontecimentos, as ações e as dimensões de uma mesma realidade se tornam componentes de um conjunto, pelo seu processo inter-relacional, formando uma reciprocidade circular entre eles. Nesse entendimento de unidade complexa da realidade reside a possibilidade de se atuar de modo significativo em relação à mesma e dela fazer parte como sujeito que, ao mesmo tempo em que a influencia, é influenciado por ela (Morin, 1987 apud Lück, 2017 p.47).

Toda a implementação prática realizada na instituição educacional, embasada no processo de ensino, exige princípios bem consolidados e deve derivar da própria intenção da escola, uma vez que é determinada pelo ideal adotado para seu avanço. A administração escolar precisa assegurar que a execução de práticas socioambientais se fortaleça, especialmente nas interações interpessoais e nas relações intersubjetivas, pois valores e atitudes (sejam eles ambientais ou sociais), ao serem internalizados pelos indivíduos, tendem a ser reproduzidos com maior facilidade e menos resistência, tornando-se uma ação consciente.

Contudo, ao mencionar uma gestão escolar mais proativa em sua atuação, é necessário considerar que essa mesma administração está inserida em um contexto histórico, e seu trabalho pedagógico está fundamentado em um conhecimento já produzido e disseminado. Portanto, há uma urgência em ter uma gestão capaz de orientar efetivamente uma transformação.

Para Wittmam e Klippel (2010) ocorre a urgência de se transformar a gestão escolar, no sentido de conseguir abranger os aspectos ligados à educação, uma vez que:

Toda a concretização prática efetuada na instituição educacional, respaldada no processo de ensino, requer princípios solidamente estabelecidos e deve decorrer da própria intenção da escola, pois é determinada pelo ideal adotado para seu progresso. A administração escolar deve garantir que a implementação de práticas socioambientais se fortaleça, especialmente nas interações interpessoais e nas relações intersubjetivas, uma vez

que valores e atitudes (sejam eles ambientais ou sociais), ao serem internalizados pelos indivíduos, têm maior propensão a serem reproduzidos de maneira consciente e com menor resistência.

Entretanto, ao abordar uma gestão escolar mais proativa em sua atuação, é imperativo considerar que essa mesma administração está inserida em um contexto histórico, e seu trabalho pedagógico está fundamentado em um conhecimento já produzido e disseminado. Portanto, há uma pressa em ter uma gestão capaz de orientar eficazmente uma transformação.

Conforme Wittmam e Klippel (2010), surge a necessidade premente de transformar a gestão escolar, no sentido de abranger efetivamente os aspectos relacionados à educação, uma vez que:

A dimensão sociopolítica da educação torna-se mais exigente e complexa e exige parceria e corresponsabilidade na sua gestão. A tradicional função de esfriar as aspirações da maioria para dirigir está superada e não faz mais sentido num mundo em que todos são conclamados a uma competente participação (Wittmam; Klippel, 2010, p.57).

Uma administração escolar verdadeiramente atuante, capaz de promover práxis e práticas socioambientais, deve, em primeiro lugar, estar consciente do seu papel como incentivadora da consciência ecológica por meio da mudança cultural em seu entorno. É essencial que rompa com o modelo de escola burocrática. Para isso, é necessário criar desafios por meio de projetos ou metas que exijam processos educacionais interativos capazes de instigar novas concepções e, conseqüentemente, formar um cidadão consciente e crítico.

Ferreira e Aguiar (2000, p. 163) afirmam que "essa forma de gestão associa a construção da cidadania e a questão da autonomia [...] e requer, assim, a construção de novas práticas, processos democráticos e novas concepções. [...] todo o poder está nos processos dinâmicos construídos no coletivo e na afetividade". Segundo as autoras, reforça-se a participação do gestor escolar como coordenador com conhecimento técnico e mediador do processo até a construção coletiva.

Quando se considera como essas ações devem se desenvolver nas escolas, tanto as propostas pedagógicas quanto as práticas socioambientais precisam propagar uma reconstrução do agir no cotidiano. Torna-se urgente ultrapassar os aspectos simplistas das

atividades ambientais, para que tais ações não fiquem atreladas apenas ao recolher, acondicionar e despoluir. Em vez disso, devem desenvolver aspectos ligados ao social e econômico, como justiça, inclusão, utilização consciente e responsabilidade política. Este é o novo desafio da gestão escolar diante das novas demandas sustentáveis. Certamente, são conexões e perspectivas complexas que denotam ações autênticas e imprescindíveis ao novo significado de equilíbrio sustentável.

Conforme Ruscheinsky (2004, p. 51), as estratégias educacionais, especialmente quando fundamentadas na Ecopedagogia, precisam estimular a realização de ações práticas nas quais se considere:

A contribuição com a perspectiva de que o real constitui-se em um contexto de conflitos de interesses em torno da interação no meio ambiente. Neste âmbito, no qual a consciência social alicerçada em traços importantes da ação política, direcionada pela memória e pelo intuito inovador, pode ser desenvolvida em consequência dos resultados de conflitos e da construção do saber orientado para a cidadania [...]. Entretanto, é fundamental uma nova forma de solidariedade que se faz sentir especialmente sob a ótica de construção do saber, do discurso mediador para a demanda de uma vida com qualidade ambiental e da perspectiva da cidadania a ser assegurada ou universalizada (Ruscheinsky 2004, p. 51).

As práticas pedagógicas implementadas na escola, para efetivar mudanças significativas, devem estar estreitamente vinculadas aos aspectos orientadores da realidade escolar. Segundo Bartnik (2011, p.145), em relação à concretização da gestão escolar, "a organização do trabalho pedagógico escolar refere-se às práticas educativas que se efetivam na escola e envolvem não apenas a relação professor, aluno e conhecimento, mas também as várias mediações e inter-relações". Para isso, têm-se o planejamento escolar, a elaboração do Plano Político Pedagógico e os colegiados.

De acordo com Lück (2017, p. 56), "cabe à gestão escolar dar voz e envolver na construção e implementação de seu projeto político pedagógico a comunidade escolar como um todo".

Para Ferreira e Aguiar (2000, p. 304), "uma gestão democrática, a construção coletiva do Plano Político Pedagógico e a autonomia são os pressupostos fundamentais para o desenvolvimento da cidadania". Nesse contexto, ao se destacar a importância das ações práticas de sustentabilidade, delineadas nos documentos ou guias que orientam o trabalho pedagógico, contribui-se também para o desenvolvimento dos valores socioambientais na realidade escolar. Desse modo, a escola recupera o sentido de promotora dessas ações.

Entretanto, Loureiro (2004, p. 77) adverte quanto à concepção idealizada da educação com inclinação para o modelo reprodutivista, oposto às aspirações emancipatórias desejadas. Ele destaca que:

A questão fundamental é compreender nossa educação em sua concretude para podemos avançar pela crítica e atuação consciente nas estruturas sociais, reorganizando-as. Falar que a educação pode gerar a mudança vira discurso vazio desentido prático se for desarticulado da compreensão das condições que dão forma ao processo educativo nas sociedades capitalistas contemporâneas (Loureiro, 2004, p. 77).

Ressalta-se, portanto, a importância de registrar as iniciativas ambientais nos registros escolares, visto que são ferramentas direcionadoras das atividades realizadas no âmbito pedagógico. E, em seguida, incorporadas às práticas, possibilitando a internalização de valores. Libâneo (2017, p. 242) destaca a responsabilidade de adaptar os procedimentos educacionais, em todas as suas facetas, às particularidades das vivências escolares, pois:

Cabe à escola e aos professores elaborar os seus próprios planos, selecionar os conteúdos, métodos e meios de organização do ensino, em face das peculiaridades de cada região, de cada escola e das particularidades e condições de aproveitamento escolar dos alunos. A conversão dos planos e programas oficiais em planos de ensino para situações docentes específicas não é uma tarefa fácil, mas é o que assegura a liberdade e autonomia do professor e adequação de ensino às realidades locais (Libâneo, 2017 p. 242).

Esta pesquisa se baseia na perspectiva da EA crítica, conforme proposta por Layrargues e Lima (2014), a qual orienta tanto a concepção teórica quanto a análise das práticas pedagógicas adotadas. A EA Crítica caracteriza-se por questionar as estruturas socioeconômicas geradoras dos problemas ambientais, promovendo a justiça socioambiental e a transformação social.

Diferentemente da abordagem pragmática, que busca conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental através de soluções técnicas e mudanças comportamentais individuais, a EA crítica enfatiza a necessidade de compreender e enfrentar os conflitos socioambientais em suas dimensões políticas, econômicas e sociais (Layrargues; Lima, 2014).

Segundo Layrargues e Lima (2014, p. 33), a macrotendência crítica aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental, todas comprometidas com a revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital.

Dentro deste contexto, cabe analisar como as ações de EA e princípios da sustentabilidade estão sendo contempladas nas escolas da Rede Municipal de Saloá – PE.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem predominantemente qualitativa, caracterizada pela análise interpretativa de documentos oficiais (PPPs) com o objetivo de compreender como as práticas de educação ambiental são contempladas nas escolas municipais. Conforme Minayo (2017), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos. Os elementos de quantificação presentes no estudo (gráficos e percentuais) servem exclusivamente como recursos auxiliares para a organização e apresentação visual dos dados qualitativos coletados, não caracterizando uma abordagem quantitativa ou mista. Como destaca Lüdke e André (2018), a análise documental qualitativa busca identificar informações factuais nos documentos através da interpretação e compreensão de seu conteúdo, processo que foi adotado nesta pesquisa.

O método utilizado foi o documental, entendido como o conjunto de técnicas que possibilita o acesso à realidade social a partir da análise de registros formais (Minayo, 2008). A análise documental foi fundamentada no estudo dos Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) de 19 escolas municipais de ensino fundamental do município de Saloá-PE, os quais constituem instrumentos norteadores das ações educacionais e da organização institucional de cada unidade escolar.

A análise seguiu os pressupostos de Lüdke e André (2018), que definem esta metodologia como "a busca por informações factuais nos documentos", sendo realizada por meio de técnicas sistemáticas de apreensão, compreensão e interpretação dos dados. Além disso, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise documental constitui uma técnica valiosa na abordagem de dados qualitativos, servindo como complemento e enriquecimento das informações obtidas por outras técnicas metodológicas.

A análise dos documentos seguiu um roteiro metodológico estruturado em cinco etapas principais, que foram aplicadas sucessivamente aos documentos obtidos:

Primeira etapa, realizou-se a verificação da autenticidade, credibilidade e representatividade dos PPPs. Isso envolveu conferir se os documentos estavam atualizados, assinados por gestores escolares ou por instâncias colegiadas e se refletiam efetivamente o contexto e as diretrizes de cada escola. Também foi considerada a forma de elaboração, buscando indícios de participação coletiva no processo de construção dos PPPs.

Segunda etapa, buscou-se compreender o contexto histórico, social, cultural e educacional das escolas localizadas no município de Saloá-PE. Para isso, foram consideradas as características regionais, os indicadores socioeconômicos e a realidade ambiental do território. Essa etapa permitiu interpretar os documentos dentro de suas especificidades territoriais e institucionais, reconhecendo influências externas e internas na elaboração das propostas pedagógicas.

Terceira etapa, consistiu em verificar a autoria, legitimidade e representatividade dos sujeitos envolvidos na produção dos PPPs. Foi analisado se o documento indicava claramente os autores ou comissões responsáveis por sua elaboração e se havia participação efetiva de professores, gestores, alunos, pais e demais membros da comunidade escolar, conforme os princípios da gestão democrática e participativa.

Na quarta etapa, examinou-se a coerência interna dos textos, avaliando a clareza dos objetivos, a articulação entre os fundamentos teóricos, as propostas metodológicas, as estratégias de avaliação e os princípios pedagógicos declarados. Observou-se também a estrutura do documento, sua organização textual e a consistência entre as seções.

Por fim, realizou-se uma leitura focada na identificação de conceitos e expressões relacionadas à educação ambiental, sustentabilidade, cuidado com o meio ambiente, cidadania ecológica, entre outros. Essa análise visou verificar a presença, a frequência e a ênfase atribuída a esses temas nos PPPs, avaliando se são tratados de forma transversal, pontual ou ausente.

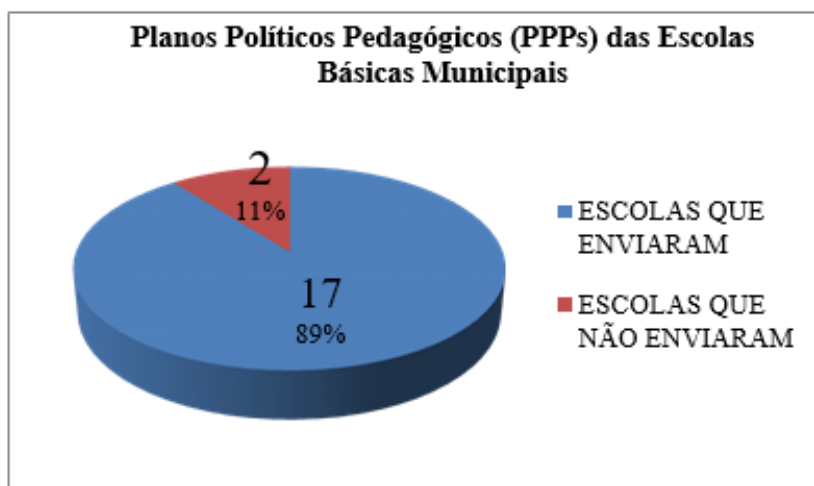
Além da análise documental, foi realizada uma revisão bibliográfica em fontes impressas e digitais, incluindo livros, artigos científicos e publicações acadêmicas. Essa revisão teve por objetivo fundamentar teoricamente a análise dos dados, subsidiando as interpretações com o apoio de autores e pesquisas consolidadas nas áreas da educação, gestão escolar e educação ambiental.

Resultados e discussões

Para compor esta pesquisa, foram analisados os Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas municipais em Saloá – PE. Saloá é um município brasileiro localizado no estado de Pernambuco, na região Nordeste do país. O município está situado na Mesorregião do Agreste Pernambucano e na Microrregião de Garanhuns, o município conta com uma população de 9.713 habitantes (IBGE, 2020).

Para ser possível a análise foi solicitada, de forma oficial, que cada Escola Básica Municipal enviasse, via e-mail, seu Plano Político Pedagógico (PPP). Foram ao todo 19 solicitações, e posteriormente, 17 ligações telefônicas informais para as escolas, com intuito de esclarecer a proposta de pesquisa, além de tentar estabelecer um vínculo mais pessoal e, com isso, aumentar a possibilidade do envio do documento. Conforme demonstrado abaixo, no Gráfico 1, foram recebidos 17 Planos Políticos Pedagógicos, das 19 escolas solicitadas.

Figura 1: Planos Políticos Pedagógicos recebidos após solicitação oficial.



Fonte: Autores (2023).

A avaliação de documentos oficiais que orientam práticas educacionais é de suma importância, pois alinha os princípios pedagógicos ao trajeto escolar. Nesse contexto, a proposta deste estudo é examinar como as atividades práticas de Educação Ambiental (EA) são implementadas nas escolas de educação básica na cidade de Saloá – PE e como esse tema é abordado nos documentos que orientam a proposta pedagógica de cada instituição. É

relevante ressaltar que o gestor escolar desempenha um papel crucial como agente mobilizador na promoção dessas atividades.

No que diz respeito ao Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), o município atende os alunos dessa etapa em 19 Escolas Básicas Municipais. A escolha por essa modalidade (Ensino Fundamental Anos Finais) se justifica pela maior quantidade de unidades com alunos acima de 5 anos.

O objetivo era esclarecer a proposta de pesquisa e estabelecer um vínculo mais pessoal, aumentando assim a possibilidade do envio do documento. Como ilustrado no Gráfico 1 abaixo, foram recebidos 17 Planos Políticos Pedagógicos, das 19 escolas solicitadas.

Pela análise do gráfico, observou-se que, apesar de a base legal para a elaboração dos Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) estar fundamentada na Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9394/96) 6, que declara a necessidade da gestão democrática na escola, nem todos os PPPs foram disponibilizados. Dos 19 PPPs solicitados às escolas, 17 foram encaminhados, enquanto 2 não foram enviados, mesmo após solicitação oficial.

Quanto à negligência em fornecer o documento requisitado oficialmente, é possível afirmar que o PPP é um instrumento organizador da escola de natureza pública e, portanto, pertencente à comunidade escolar como um todo. Tornar restrito o acesso a esse documento seria, portanto, questionável. Além disso, se a perspectiva adotada pela escola é de uma gestão democrática, o PPP, ao adquirir caráter político e público, não deveria ser confinado apenas ao âmbito administrativo escolar.

Wittmam e Klippel (2010, p. 162,) destacam que "[...], portanto, na obediência às normas legais. Devemos lembrar que o termo político remete aos negócios públicos ou pertinentes à cidadania". O plano político e pedagógico é um documento de conhecimento público, sendo direito do solicitante o acesso a ele.

Após receber 89% dos PPPs solicitados, foi possível analisar e identificar as ações de práticas de EA efetivadas nas escolas básicas municipais de Saloá – PE. A figura 2 abaixo destaca as ações práticas desenvolvidas pelas escolas, seguidas por análises e considerações com base nos resultados apresentados.

Figura 2: Identificação das ações práticas de EA desenvolvidas pelas escolas municipais de Saloá– PE.

ESCOLAS	Menciona nas metas	Projetos anexados	Não há menção alguma	Não Enviou
Escola 1	-	-	X	-
Escola 2	-	-	X	-
Escola 3	-	-	X	-
Escola 4	-	-	-	X
Escola 5	-	-	X	-
Escola 6	X	-	-	-
Escola 7	-	-	X	-
Escola 8	-	-	X	-
Escola 9	-	-	X	-
Escola 10	X	-	-	-
Escola 11	X	-	-	-
Escola 12	-	-	X	-
Escola 13	-	-	X	-
Escola 14	-	X	-	-
Escola 15	-	X	-	-
Escola 16	-	X	-	-
Escola 17	-	-	X	-
Escola 18	-	-	-	X
Escola 19	-	-	X	-
Total de escolas e ações ambientais identificadas.	Menções em metas. (3)	Projetos anexados e desenvolvidos. (3)	Nenhuma menção à ação ambiental. (11)	Não foi possível determinar. (2)

Fonte: Autores (2023).

Quanto às ações práticas voltadas a EA, foi possível constatar que algumas escolas fazem menção em seus Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) à intencionalidade ambiental. Segundo a análise realizada, essas menções são referidas nas metas estabelecidas. Conforme os documentos analisados, as três menções em metas representam ações práticas, incluindo o desenvolvimento de jardins e embelezamento da escola, como uma alternativa para aproximar os alunos do cuidado ambiental.

Outras ações citadas nos PPPs incluem a criação de uma horta e composteira, com o propósito de fomentar a autonomia do aluno e promover uma formação mais sustentável, além de um projeto focado em possibilidades de produção sem o uso de agrotóxicos. No entanto, é fundamental ressaltar que, mesmo constando como metas no plano político pedagógico, é imperativo que essas ações sejam efetivamente implementadas ao longo do

ano letivo. Somente assim, poderão desencadear e fortalecer os valores socioambientais entre os envolvidos.

Conforme Libâneo (2017, p. 240), em relação à vital conexão constante entre os planos escolares e as práticas, o autor diz que:

O planejamento não assegura, por si só, o andamento do processo de ensino. Mesmo porque a sua elaboração está em função da direção, organização e coordenação do ensino. É preciso, pois, que os planos estejam continuamente ligados à prática, de modo que sejam sempre revistos e refeitos (Libâneo, 2017, p.240).

Nesse contexto, Ferreira e Aguiar (2000, p. 309), destaca que a responsabilidade de redigir, construir ou desenvolver o plano político pedagógico escolar não é atribuída unicamente à gestão escolar, mas deve ocorrer e se desenvolver em todos os setores da escola. De acordo com o autor, "[...] refere-se, nesse sentido, ao compromisso político e pedagógico coletivo, à disciplina, e à necessária direção para que o planejado e organizado se concretize em sala de aula".

A figura 2 também evidenciou a realização prática de ações de EA, identificadas como projetos já anexados ao Plano Político Pedagógico da escola. Durante a análise dos anexos, observou-se toda a estrutura básica de um projeto, desde objetivos, intencionalidade, proposta pedagógica e público-alvo (com um deles incluindo orçamentos e planilhas de compras). Isso demonstra o desenvolvimento teórico e prático desses projetos.

Foram identificados 3 projetos desenvolvidos pelas escolas e as ações práticas contidas nesses planos escolares. Em uma delas, as ações interdisciplinares buscam promover a articulação entre o conhecimento em sala de aula e a prática de interferência na realidade escolar. Nas outras duas, as ações práticas de sustentabilidade se concentram na construção de horta e composteira. Em uma escola, as ações visam estimular os alunos a aproveitarem os resíduos produzidos na escola e em casa, além de demonstrar os benefícios de uma alimentação mais saudável. Já na outra, a abordagem é mais empreendedora, desenvolvendo noções de cooperativismo nos alunos, estimulando a produção e consumo de produtos orgânicos e utilizando os recursos da horta escolar para sustentar financeiramente os alunos (que recebem remuneração pelo trabalho prestado na horta e composteira e utilizam para adquirir produtos comercializados pela escola).

Foi possível analisar que esses projetos escolares são contínuos, com duração entre dois e dez anos de desenvolvimento pedagógico. É crucial que os trabalhos pedagógicos relacionados à sustentabilidade tenham continuidade, pois o espaço e a realidade em torno da escola se modificam, e essas práticas pedagógicas passam a ser entendidas como prática social, ocorrendo regularmente em um determinado espaço e tempo.

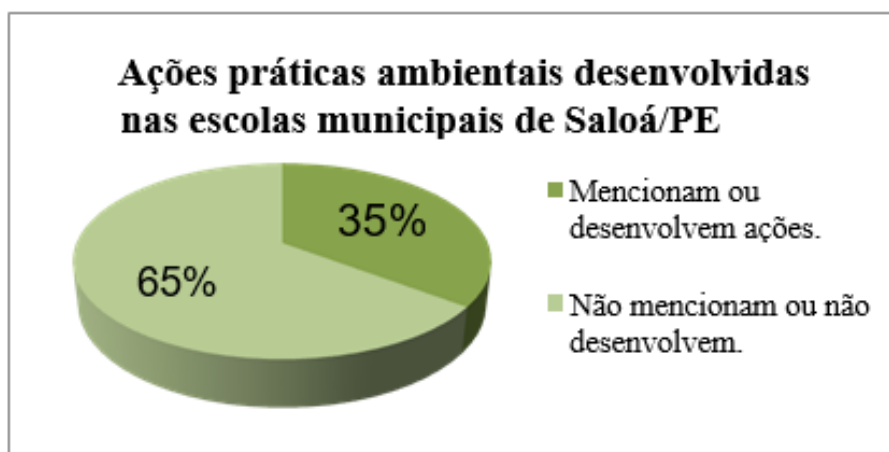
Nesse contexto, o trabalho da gestão escolar se torna essencial. A escola deve evoluir para estabelecer o pleno entendimento e aplicação das questões relacionadas ao progresso socioambiental. Em relação a esse comprometimento social com o ambiente a ser desenvolvido pela escola, ao contribuir para a identidade do indivíduo e do cidadão, a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 39), afirma que:

A principal função do trabalho com o meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, como ensino e aprendizagem de procedimentos. A escola deve de fato contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção em relação a ele. (Santa Catarina, 1998, p. 39).

No entanto, mesmo considerando a relevância dessas práticas implementadas pelas instituições de ensino na construção de valores e atitudes socioambientais, a análise dos Planos Políticos Pedagógicos das escolas municipais revelou a ausência ou inexistência de ações relacionadas ao ambiente e à sustentabilidade. Não houve sequer menção aos aspectos ligados ao meio ambiente ou à sustentabilidade em qualquer parte da estrutura desses PPPs.

A figura 3 ilustra a porcentagem de escolas que fazem referência ou implementam ações socioambientais, conforme evidenciado em seus Planos Políticos Pedagógicos. Em seguida, são apresentadas análises e observações relacionadas aos resultados obtidos.

Figura 3: Identificação das ações ambientais desenvolvidas nas escolas municipais, de acordo com o Plano Político Pedagógico de cada uma.



Fonte: Autores (2023).

Conforme evidenciado no gráfico, 65% das escolas não implementam práticas ambientais. É importante destacar que, nos planos políticos pedagógicos dessas instituições, os conceitos relacionados ao ambiente ou à sustentabilidade nem sequer são mencionados. Essa situação representa um impasse significativo, visto que a Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelece a essencialidade da educação ambiental nas escolas. O Art. 2 dessa lei afirma que "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal." Além disso, o Art. 10 estabelece que "A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal." As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica também reconhecem, em todas as etapas e modalidades, a importância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental, mencionando a Lei nº 9.795/99.

Mesmo respaldada legalmente, a EA ainda enfrenta desafios consideráveis. Conforme Carvalho (2004, p. 17), no contexto educacional, é necessário reivindicar a inclusão da questão ambiental como uma aspiração legítima, sócio historicamente situada, que busca o reconhecimento de sua importância na formação dos sujeitos. Em relação à indispensabilidade

de ações teóricas e práticas relacionadas à educação ambiental, o Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Quanto à necessidade incontornável da incorporação de ações teóricas e práticas vinculadas à educação ambiental, o Conselho Nacional de Educação formula as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Essas diretrizes conferem à educação ambiental uma natureza socioambiental que deve permear as instituições escolares, em conformidade com as disposições que estabelecem a obrigação de organizar o currículo para os componentes pedagógicos, conforme expresso nos artigos 15 e 16:

Art.15. O compromisso da instituição educacional, o papel socio educativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I- pela transversalidade, mediante temas relacionados como meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III-pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (Brasília, 2002, p.5).

Dentro deste contexto, cabe analisar como as ações de EA e princípios da sustentabilidade estão sendo contempladas nas escolas da Rede Municipal de Saloá – PE.

Nessa perspectiva, registra-se a seguinte observação: as próprias diretrizes podem constituir um dos elementos contribuintes para a carência de práticas ambientais, visto que, ao indicar e estabelecer os critérios a serem atendidos pela escola, acabam apenas prescrevendo, sem, contudo, capacitar. A instituição educacional se vê sobrecarregada com diversas exigências, abrangendo todos os aspectos, porém, incapaz de concretizar as ações pedagógicas necessárias. Assim, transforma-se em um entrave para a própria escola.

Nesse contexto, conforme Lück (2017, p. 7) declara:

É comum a prática de se incentivar a promoção de mudanças de cima para baixo, na hierarquia funcional, de modo que a mudança pretendida é proposta para a escola, não sendo absorvida e praticada por quem a propõe. Em vista disso, sendo implantada linearmente e contrariamente ao seu espírito e propósitos estabelecidos.

Enfatiza-se, portanto, a imperatividade da autonomia da administração escolar, na expectativa de que esta reconheça integral e necessariamente a importância da identidade ambiental nos agentes educacionais (professores, alunos e demais membros da comunidade

escolar). Conforme Wittmam e Klippel (2010, p. 129) destacam, a gestão escolar, em sua atuação teórica e prática, direciona a intervenção na formação humana. Nesse processo, proporciona as oportunidades educacionais essenciais para a educação básica de indivíduos sociais moldados nas relações. Essa coordenação requer a participação conjunta dos setores envolvidos na equipe gestora e demanda a participação de toda a comunidade para assegurar as funções que atendam a todos os aspectos relacionados à escola.

Ao analisar esse contexto, é possível indicar no que concerne à lacuna em relação às práticas ambientais nas escolas do município, a premente necessidade de proporcionar uma formação capacitadora aos gestores, visto que estes têm a incumbência de conduzir a escola por meio dos princípios orientadores da ação educacional.

O gestor escolar está diretamente ligado à implementação das diretrizes escolares na elaboração, coordenação e orientação do Plano Político Pedagógico (PPP). Uma capacitação para os gestores contribui para aumentar a probabilidade de reorganização da prática escolar no sentido de promover práticas socioambientais nas escolas. Assimilando a urgência dessa abordagem na realidade escolar, o gestor terá a habilidade e autonomia para intervir, contribuir e desenvolver as estratégias pedagógicas necessárias, efetivando-as posteriormente em seu ambiente escolar.

Bartnik (2011, p. 163) referindo-se à importância da formação continuada, diz que ela é:

Uma das dimensões importantes para a materialização de uma política global para os profissionais da educação [...] proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e novos meios para desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico [...], produzindo a si mesmo, também se produzem interação como coletivo.

Inúmeras são as dificuldades associadas não apenas aos elementos ambientais, mas é crucial ponderar sobre o papel desempenhado pela escola no processo de modelagem do indivíduo. Isso impacta na formação social de toda a comunidade, abrangendo também as relações socioeconômicas, as quais exercem influência na maneira como os recursos naturais são utilizados. Quando se alude ao pleno desenvolvimento do sujeito, espera-se que este abranja todos os aspectos relativos à condição de cidadão crítico e transformador, diferentemente de um indivíduo submisso e adaptado à lógica do capital.

Considerações finais

A educação voltada para a sustentabilidade deve contemplar princípios de justiça, igualdade e equidade, integrando os conceitos de ambiente, desenvolvimento, democracia e cultura. Para atingir esse propósito, torna-se imprescindível fomentar novos valores que expressem uma relação complexa e interdependente com o meio ambiente.

Espera-se que a escola proporcione ao estudante uma visão de mundo integrada, superando perspectivas fragmentadas, e que, a partir disso, promova atitudes e valores que passem a compor seu cotidiano. As práticas de educação ambiental, quando fundamentadas em posturas éticas e conscientes, contribuem para a formação individual e coletiva. Ao serem articuladas em prol da sustentabilidade, fortalecem o exercício da cidadania e consolidam a responsabilidade socioambiental.

No contexto das escolas do município de Saloá-PE, observa-se que as ações práticas socioambientais não vêm sendo efetivadas. Apesar da obrigatoriedade legal da inserção da educação ambiental no currículo, a maioria das instituições municipais carece de iniciativas concretas. Esse cenário evidencia um descompasso entre o que é preconizado em teorias e diretrizes oficiais e a realidade das práticas pedagógicas.

Os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade de implementar práticas de educação ambiental crítica nas escolas municipais de Saloá-PE, superando abordagens meramente comportamentais ou técnicas. A ausência de ações socioambientais identificada nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) analisados reforça a importância de uma gestão escolar comprometida com a justiça socioambiental e com a transformação das estruturas que perpetuam a crise ambiental.

Verifica-se, ainda, a necessidade de capacitação dos gestores escolares por meio de formações continuadas em educação ambiental, considerando que o gestor exerce papel central na organização e nas estruturas orientadoras da escola. É a partir dessa atuação que se delineiam políticas de gestão de recursos e se estabelecem articulações para diversas ações, incluindo as voltadas à sustentabilidade.

Ao transformar o gestor escolar em agente mobilizador, também se potencializa o engajamento do corpo docente, principal promotor do conhecimento não apenas sobre questões ambientais, mas também sobre questões sociais. Dessa maneira, constrói-se uma

comunidade escolar consciente da necessidade de cooperação entre sujeitos e com o ambiente, tornando o conhecimento uma ferramenta efetiva de transformação social.

Referências

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. **Gestão Educacional**. Curitiba: IBPEX, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2002.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetro Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF, 2000. p. 128.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004. 13– 24.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. In: **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.p. 318 -318.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2020: panorama nacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 jul. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental e cidadania. In: CASCINO, Fábio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio de (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA/CEAM, 1997. p. 11-14.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental no Brasil: a trajetória, os atores e as políticas públicas. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gilda Maria Whitaker. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. p. 61–86.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora, 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84.

- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: GADOTTI, Moacir; ROMEU, Duarte. **Educação ambiental: uma abordagem transformadora**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004. p. 39–70.
- LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Editora Vozes Limitada, 2017.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11ªed. São Paulo, HUCITEC, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.
- MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1987.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. Atores Sociais e Meio Ambiente: A mediação da Ecopedagogia. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MEC, 2004.p. 51-63.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 1998.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, Pedro et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998. p. 27-32.
- VAN BELLEN, Hans Michael. Gestão ambiental e sustentabilidade. **Florianópolis: Departamentode Ciências da Administração/UFSC**,p. 31, 2013.
- WITTMANN, Lauro Carlos; KLIPPEL, Sandra Regina. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.

Submetido em: 08-10-2024

Publicado em: 19-12-2025